

SUMÁRIO

PREFÁCIO	11
APRESENTAÇÃO.....	29
AGRADECIMENTOS	33
ABREVIATURAS	43
INTRODUÇÃO	45
CAPÍTULO 1	
DIAGNÓSTICO DE UM TEMPO: A POLÍTICA CRIMINAL EM FOCO	65
1.1. A Política Criminal Brasileira: traços constitutivos e característicos.....	69
1.2. Primeiro passo rumo à problematização da atividade legiferante: da Política Criminal à Política Pública Criminal	82
1.2.1. Marcos evolutivos do conceito de Política Criminal: da superação do paradigma positivista à abertura do campo à interdisciplinaridade	85
1.2.2. Política social, política criminal e política penal: marcos conceituais distintos, porém inter-relacionados	88
1.2.3. O problema da interdisciplinaridade expropriatória nas Ciências Criminais	90

1.2.4. Os riscos de uma Política Criminal dogmatizada.....	94
1.2.5. Das Políticas Criminais à Política Criminal	97
1.3. A insindicabilidade do agir legislativo: o processo de produção de leis penais como ponto cego das Ciências Criminais	105
1.4. Uma introdução ao conceito de Política Pública Criminal.....	115
1.5. Considerações parciais sobre o capítulo.....	129

CAPÍTULO 2

<i>AUCTORITAS NON VERITAS FACIT LEGEM: A TEORIA DA LEGISLAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE E LEGITIMAÇÃO DA ATIVIDADE PARLAMENTAR</i>	133
2.1. Bases teóricas para uma Política Legislativa Penal	136
2.1.1. GRETEL – Grupo de Estudos de Técnica Legislativa de Barcelona	136
2.1.2. Diretrizes para o aprimoramento da linguagem legislativa por Josep Aguiló Regla	139
2.1.3. A Teoria da Legislação de Zapatero Gómez	143
2.1.3.1. A memória legislativa de Zapatero Gómez e o direito fundamental à justificativa de Ana Paula de Barcellos: um novo fundamento para verificação da constitucionalidade de proposições criminalizadoras	152
2.1.3.2. Limitações da abordagem de Zapatero Gómez.....	160
2.1.4. Vetores para a qualificação dialética do debate parlamentar em Oliver-Lalana	162
2.1.4.1. Critérios de mensuração da qualidade da deliberação parlamentar em Oliver-Lalana	164
2.1.4.2. Os deveres de monitoramento e revisão das leis como expressões do direito ao devido processo pós-legislativo	174
2.2. A Teoria da Legislação de Manuel Atienza	182
2.2.1. Teoria da Legislação e Técnica Legislativa: distinções e aproximações.....	182

2.2.2. As principais questões e desafios da Teoria da Legislação conforme Manuel Atienza	184
2.2.3. Os cinco níveis da racionalidade legislativa	184
2.2.3.1. Interações positivas e negativas entre os cinco níveis de racionalidade	187
2.2.3.2. O modelo dinâmico de legislação de Manuel Atienza	190
2.3. A Teoria da Racionalidade Legislativa Penal de José Luis Díez Ripollés.....	193
2.3.1. Questões subjacentes à teoria da racionalidade legislativa penal de Díez Ripollés: a crise da lei e a jurisdicionalização dos processos de criação e revisão do Direito	195
2.3.2. Explorando a dimensão normativa do problema da racionalidade legislativa penal.....	198
2.3.2.1. Os subníveis da racionalidade ética: os princípios de proteção	199
2.3.2.2. Os subníveis da racionalidade ética: os princípios de responsabilidade	201
2.3.2.3. Os subníveis da racionalidade ética: os princípios de sanção.....	205
2.3.3. A racionalidade teleológica em Díez Ripollés.....	207
2.3.4. A racionalidade pragmática em Díez Ripollés	208
2.3.5. Critérios para a solução de conflitos entre os diferentes níveis da racionalidade legislativa penal	209
2.3.5.1. O critério apriorístico.....	210
2.3.5.2. Os critérios técnico-científico e elitista	211
2.3.5.3. O critério constitucional.....	213
2.3.5.4. O critério democrático.....	215
2.3.5.4.1. Os riscos implicados no critério democrático da maioria	218
2.3.5.5. O modelo dinâmico de legislação de Díez Ripollés: explorando a dimensão operacional do problema da racionalidade legislativa	222

2.3.5.5.1. A fase pré-legislativa e suas etapas.....	222
2.3.5.5.2. A fase legislativa e suas etapas.....	229
2.3.5.5.3. A fase pós-legislativa e suas etapas	244
2.4. Contribuições do Direito Comunitário para a racionalização da atividade legislativa	255
2.5. Além do modelo de Díez Ripollés: a insuficiência do critério democrático e a necessidade de novos parâmetros de legitimação deliberativa para a deliberação parlamentar	260
2.6. Considerações parciais sobre o capítulo.....	272
CAPÍTULO 3	
BASES NORMATIVAS DA E PARA A POLÍTICA LEGISLATIVA PENAL BRASILEIRA	275
3.1. Considerações sobre o instrumento típico de criação do direito penal: a lei ordinária.....	275
3.2. O processo legislativo conforme o Regimento Interno da Câmara dos Deputados	280
3.2.1. A apresentação de novas proposições.....	280
3.2.2. Comissões Parlamentares competentes para a apreciação de matéria penal	282
3.2.2.1. Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	287
3.2.2.2. Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado	289
3.2.2.3. Subcomissão Especial para Assuntos Penais da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados	291
3.2.3. Disciplina regimental de tramitação das proposições	295
3.3. O processo legislativo conforme o Regimento Interno do Senado Federal	299
3.3.1. A apresentação de novas proposições.....	299
3.3.2. Comissões parlamentares competentes para a apreciação de matéria penal	300

3.3.2.1. Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	302
3.3.2.2. Subcomissão Permanente de Segurança Pública ...	302
3.3.2.3. Comissão Permanente de Segurança Pública	303
3.3.3. Disciplina regimental de tramitação das proposições	305
3.4. Outros instrumentos normativos e instituições de controle da racionalidade das proposições de iniciativa do Poder Legisla- tivo	307
3.4.1. A Lei Complementar 95/1998	307
3.4.2. A Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social e o Sistema Único de Segurança Pública	313
3.4.3. O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária	316
3.5. Justificativas para a criminalização de condutas entre a 48 ^a e a 55 ^a legislaturas do Congresso Nacional	325
3.5.1. 48 ^a Legislatura (1988-1991)	326
3.5.2. 49 ^a Legislatura (1991-1995)	341
3.5.3. 50 ^a Legislatura (1995-1999)	348
3.5.4. 51 ^a Legislatura (1999-2003)	361
3.5.5. 52 ^a Legislatura (2003-2007)	366
3.5.6. 53 ^a Legislatura (2007-2011)	379
3.5.7. 54 ^a Legislatura (2011-2015)	388
3.5.8. 55 ^a Legislatura (2015-2019)	395
3.6. Considerações parciais sobre o capítulo.....	407
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	411
REFERÊNCIAS	417